

# Presidente da ALBA prestigia posse da Mesa Diretora do TCM-BA

O presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), deputado Adolfo Menezes, participou da sessão solene que marcou a posse do conselheiro Francisco de Souza Andrade Netto na presidência do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-BA). O ato ocorreu na manhã desta sexta-feira (10) na sede da corte e teve a presença de diversas autoridades, dentre elas o governador Jerônimo Rodrigues; o prefeito de Salvador, Bruno Reis; o presidente da Câmara da Capital; vereador Carlos Muniz, o senador Otto Alencar e também deputados estaduais e federais, prefeitos, vereadores e líderes de entidades representativas de tribunais.

Além de Francisco Netto, integram a Mesa Diretora os conselheiros Fernando Vítá no posto de vice-presidente e Plínio Carneiro Filho na função de corregedor. Além da equipe eleita para o biênio 2023/2025, também foram empossados o presidente da 1ª Câmara, José Alfredo Rocha Dias, o presidente da 2ª Câmara, Mário Negromonte, e o presidente da Escola de Contas, Nelson Pelegrino. Recém-empossada no posto de conselheira da corte de contas, Aline Peixoto tomou posse no cargo de ouvidora geral.

Entre as autoridades presentes, estiveram os deputados Eduardo Alencar (PSD), Fátima Nunes (PT), Maria del Carmen (PT), Matheus Ferreira (MDB), Raimundinho da JR (PL), Vitor Azevedo (PL) e Vitor Bonfim (PV).

Para o presidente Adolfo Menezes, a concorrida solenidade, que lotou o Plenário José Casaes e Silva, demonstra o apreço das muitas autoridades presentes pela figura do conselheiro e agora presidente Francisco Netto. "Foi um prazer participar de tão importante ato, junto a todas estas autoridades que compareceram a esta cerimônia.



Adolfo Menezes elogiou a trajetória do conselheiro Francisco Netto no comando do Tribunal de Contas dos Municípios

Essa é a sexta vez que ele assume a gestão do TCM. Com certeza, cumprirá mais um mandato voltado para o dever constitucional da Corte de Contas, que é de fiscalizar e contribuir para maior eficiência das administrações nos municípios", destacou.

Após tomar posse na presidência, em sucessão a Plínio Carneiro, Francisco Netto, agradeceu aos pares pela confiança e pela eleição para o cargo máximo do órgão de controle. "Chego ao sexto mandato à frente do Tribunal de Contas dos Municípios. Cada momento tem novos desafios para serem enfrentados. É notório que a sociedade mudou, e o TCM está mudando para acompanhar as novas demandas", apontou.

O presidente recém-empossado frisou que a Bahia é um Estado de grandes dimensões e complexidades,

com mais de 400 municípios situados no interior. "O nosso tribunal tem o dever de colaborar com os gestores disponibilizando orientação, capacitação, difusão de boas práticas para que se avance na melhoria dos indicadores locais", disse Francisco Netto, que prometeu empenho no diálogo e na busca de respostas que solucionem as demandas dos municípios.

Ainda em seu discurso, o presidente ressaltou a passagem do aniversário de 52 anos do TCM baiano, que foi constituído em 10 de março por iniciativa do então governador da Bahia, Luiz Viana Filho, em 1971. Ele também chamou a atenção para um fato histórico ocorrido em 8 de março deste ano, que foi a eleição pela ALBA da indicação de Aline Peixoto, a primeira mulher a integrar o conselho de contas. "A investitura dela no

cargo foi um marco na história desta Casa. A sua chegada é um prenúncio de que outras mulheres venham somar a tantas outras no cotidiano do nosso tribunal", arrematou.

Plínio Carneiro, presidente que encerrou o mandato, apontou como legado da sua gestão a orientação a gestores para garantia de melhor aproveitamento dos recursos públicos, melhorando a vida das pessoas. "Os resultados aqui alcançados são frutos do esforço coletivo", externou o conselheiro, que agradeceu aos colegas da corte pelo apoio e colaboração, bem como aos membros do Ministério Público de Contas e ao quadro de servidores. Por fim, teceu elogios ao vasto currículo do novo presidente Francisco Netto, a quem classificou como "um incansável defensor das prerrogativas dos tribunais de contas".

## Adolfo Menezes participa de homenagem à ministra Cármen Lúcia no TJ



O presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), deputado Adolfo Menezes, participou nesta sexta-feira (10) de cerimônia no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ/BA), com a ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia — homenageada com a Medalha do Mérito Jurídico Ruy Barbosa, em proposição do desembargador Livaldo Brito, presidente

da Comissão Organizadora dos Eventos do Centenário de Morte de Ruy Barbosa.

Cármen Lúcia encerrou, ao lado do presidente do TJ/BA, desembargador Nilson Castelo Branco, o seminário 'Ruy Barbosa, do Império à República, uma vida dedicada à Nação'. "É uma grande honra para a Bahia que a ministra Cármen Lúcia tenha vindo prestigiar os atos comemorativos do centenário de morte do jurista baiano Ruy Barbosa — um grande civilista e um dos mais importantes homens públicos do Brasil de todos os tempos, abolicionista, defensor intransigente da democracia e da liberdade", destacou o presidente da ALBA.

Presidente da ALBA disse que a participação da jurista no evento era "uma grande honra para a Bahia"

# Manuel Rocha propõe redução de jornada para servidor público com deficiência

O deputado Manuel Rocha (UB) apresentou, na Casa Legislativa, um projeto que altera a Lei nº 6.677/1994, estabelecendo redução de jornada, em até 50 %, para servidor público estadual, sem compensação de horário, sem redução de proventos e sem prejuízos para a progressão de carreira, que seja pessoa com deficiência ou que tenha cônjuge, filho (a) ou dependente com deficiência, desde que comprovada a necessidade por perícia médica oficial.

O parlamentar estabelece que o horário especial poderá ser concedido sob a forma de jornada reduzida, em dias consecutivos ou intercalados, ou ausência ao trabalho em dia específico por semana, conforme necessidade ou programa de atendimento da pessoa com deficiência, desde que seja cumprida a jornada de trabalho mínima de 4 (quatro) horas diárias ou 20 (vinte) horas semanais. Outra orientação, contida no documento, diz respeito ao servidor que ocupa dois cargos ou empregos públicos constitucionalmente acumuláveis, que poderá requerer a concessão de horário especial dos dois vínculos, quando comprovada a necessidade por perícia médica oficial, desde que as demandas de acompanhamento terapêutico justifiquem a dupla redução de jornada.

Na hipótese de haver dois ou mais servidores enquadrados nas disposições desta legislação em

relação à mesma pessoa com deficiência, somente um poderá usufruir do horário especial.

No caso de haver dois servidores cônjuges, com mais de um dependente com deficiência, ambos poderão usufruir do horário especial, que ficará condicionado a laudo pericial médico. O periciado deve ser reavaliado, no máximo, a cada 36 (trinta e seis) meses, salvo quando o Serviço de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho do Estado atestar que a deficiência é permanente.

“O anexo projeto de lei traz para ordenamento jurídico estadual um direito para os servidores públicos, que já existe em vários municípios e estados brasileiros, a exemplo de Pernambuco, sob a Lei nº 6.123/1968”, justifica o deputado. Ele acrescenta ainda que a União Federal apresenta esse benefício específico para os servidores públicos federais, em sede da Lei nº 13.370/2016. Manuel Rocha aponta também a necessidade de redução da jornada de trabalho para servidores públicos civis do Estado da Bahia que cuidam de dependentes com deficiência, tendo respaldo em estatísticas familiares alarmantes. O legislador lembra que muitos são os casos de pais (progenitores do sexo masculino) que, ao receberem o diagnóstico de neuro atipicidade ou de outras deficiências, abandonam esposas e filhos, “ficando a mulher sozinha para tra-



Deputado  
Manuel Rocha  
(UB)

balhar e ainda cuidar de dependentes com deficiência”.

O deputado garante que a proposta do PL atende aos interesses da administração pública estadual, tem amparo jurídico-legal em decisões de Tribunais Federais, não cria novas despesas, em nada violando a Lei de Responsabilidade Fiscal, estando em sintonia com a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146/2015, que determina ser dever do Estado, da sociedade e da família asse-

gurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos.

“O presente projeto de lei tem o intuito de fortalecer o servidor com deficiência ou que possua filho, cônjuge ou dependente com deficiência, os quais requeiram cuidados especiais. Cientes da nobreza desta causa e a importância pela luta da valorização profissional, inclusão e assistência da pessoa com deficiência, solicitamos aos nobres pares a aprovação desta proposição”, concluiu o deputado Manuel Rocha.

## Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente se reúne na Assembleia

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente se reuniu nesta sexta-feira (10), no plenarinho da Assembleia Legislativa, para dar posse aos conselheiros do Ceca para o biênio 2023/24. Presidido por Regina Affonso de Carvalho, o conselho tem composição paritária, com integrantes indicados pelo Governo da Bahia e representantes da sociedade civil organizada, que fiscalizam as políticas públicas executadas pela administração estadual, deliberam as ações e mobilizam as instituições na promoção, defesa e garantia integral dos direitos da criança e do adolescente.

O Ceca faz parte da estrutura da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) e tem o papel também de gerir e fiscalizar o Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Antônio Marcos Santos, vice-presidente do conselho, afirma que nos últimos anos houve avanços significativos em



Evento foi  
prestigiado por  
Felipe Freitas,  
secretário de Justiça  
e Direitos Humanos

diversas áreas, mas considera ser necessário conquistar muito mais. Citou, por exemplo, a necessidade de universalizar a política de educação na infância, elogiou a construção das policli-

nicas de saúde, porém solicitou mais hospitais da infância. Antônio Marcos criticou a forma como a polícia se relaciona com os adolescentes nas questões que envolvem a segurança pública,

defendeu o acesso das crianças e adolescentes ao sistema de justiça e pediu a criação de estruturas que promovam a qualificação dos conselhos tutelares nos municípios.

# Cláudia Oliveira solicita escola de Ensino Médio em Trancoso

A deputada Cláudia Oliveira (PSD) requereu, através de indicação na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), a construção de uma escola de Ensino Médio no distrito de Trancoso, no município de Porto Seguro. O documento é endereçado ao governador Jerônimo Rodrigues e à secretária estadual da Educação, Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro.

Segundo a parlamentar, há uma escassez de escolas de Ensino Médio na localidade. No documento, a parlamentar traz informações de estudos para justificar o pleito no povoado de Trancoso: "Da análise dos dados obtidos pelo Inep (2021), tem-se que a distorção idade-série no ensino médio é de 53,6% em Porto Seguro, enquanto nos anos iniciais é de 18,2%, demonstrando uma elevada proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar no ensino médio. Do mesmo modo, há um índice de abandono de 18,54% no ensino médio (Inep, 2021), requerendo maior atenção para a educação em Porto Seguro".

Ela acrescenta que a região, com população superior a 11 mil habitantes, possui, atualmente, o Colégio Esta-



Deputada  
Cláudia Oliveira  
(PSD)

dual de Trancoso, cujas todas as salas existentes estão em uso: 922 alunos, sendo 737 na sede, 97 em Caraíva e 88 em Itaporanga. A deputada observa ainda que a construção da escola em questão pode ainda atender o que preconiza a Lei 10.098/2000, que dispõe sobre a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

"Ressalte-se que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente determinam que compete ao

Estado assegurar o acesso à educação de qualidade a todos os interessados, sobretudo aos mais carentes, colocando a educação em posição de destaque na afirmação da dignidade da pessoa. Com isso, o atendimento à indicação feita pode ser traduzido em melhorias na qualidade de vida e proteção de direitos básicos da população de Trancoso, estimulando avanços na educação e o fortalecimento das políticas de inclusão social", defendeu Cláudia Oliveira.

## Dr. Diego Castro defende criação de Universidade da Polícia Militar da Bahia

A criação da Universidade da Polícia Militar do Estado da Bahia (UNIPM) foi solicitada pelo deputado Dr. Diego Castro (PL) ao Governo do Estado em indicação encaminhada através da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

No documento, o parlamentar afirma que a PM-BA carece de uma universidade que tenha como objetivo a qualificação e especialização do seu efetivo. "A criação da Universidade da Polícia Militar do Estado da Bahia (UNIPM) nasce com o intuito de proporcionar aos policiais militares cursos superiores e de especialização da área da segurança pública, bem como bus-



Deputado Dr. Diego Castro (PL)

ca fomentar o desenvolvendo pesquisa e extensão na referida área", argumenta.

Ele lembra que a universidade é uma instituição social que, composta de estrutura multidisciplinar, provê a educação em nível superior (graduação e pós-graduação), possibilitando a formação de quadros profissionais, desenvolvendo pesquisa e extensão, sendo ferramenta concretizadora do domínio e do cultivo do saber humano. Por esse motivo, acredita que os policiais militares, que "exercem a manutenção da paz social, merecem e necessitam de um local qualificado de formação e aperfeiçoamento de suas atividades".



Deputado Bobô (PC do B)

## Bobô pede gramado sintético no estádio municipal de Pé de Serra

O deputado Bobô (PC do B) pediu ao governador Jerônimo Rodrigues que coloque gramado sintético no estádio municipal de Pé de Serra. Na indicação protocolada na Assembleia Legislativa, ele disse que o estádio é um importante equipamento e tem papel fundamental na promoção do esporte e na socialização da população. Mas, adiantou, a sua atual situação "é insatisfatória, comprometendo a qualidade do jogo e reduzindo a eficiência do campo".

Para Bobô, a implantação do gramado sintético "é uma solução moderna e eficiente para garantir benefícios", uma vez que tornará o campo mais uniforme, reduzirá o risco de lesões para os jogadores e irá melhorar a qualidade do jogo. Além de ser mais resistente, não exige reparos e pode contribuir com a economia do município. Isto porque, acha o deputado, ao ostentar melhor qualidade, o Carneirão pode atrair mais jogos e torneios, "o que resultará em uma maior movimentação de pessoas e na geração de empregos indiretos, aumentando a visibilidade do município no cenário esportivo regional".

## Olívia Santana luta por construção de retorno em Amélia Rodrigues

A deputada Olívia Santana (PC do B) solicitou ao Governo Federal, através de indicação apresentada na Assembleia Legislativa, que adote as providências necessárias para viabilizar as obras de implantação de um retorno no Km 545 da BR-324 (Salvador-Feira de Santana), na altura do município de Amélia Rodrigues. O documento foi endereçado ao ministro da Infraestrutura Renan Filho.

Na justificativa, a parlamentar informa que a reivindicação é antiga, a demanda foi apresentada ao seu mandato pelo vereador do município José Silveira Lino Filho, e as comunidades locais de Areal, Camucurso, Mata Velha, Pinguieira, Rua Nova, Monteiro, Centro, Quinze e Fazenda Campos já realizaram diversas manifestações na rodovia. "Hoje, para que os moradores possam ir para o centro da cidade, que fica a 3 km, existe apenas uma passagem irregular, onde, quase diariamente, acontecem acidentes, inclusive com vítimas fatais", descreveu.

Ainda segundo a comunista, o retorno mais próximo fica a 21 km e contempla uma praça de pedá-



Deputada Olívia Santana (PC do B)

gio, obrigando os moradores da localidade a pagar dois pedágios e percorrer 42 km para chegar ao centro da cidade. "A falta do referido retorno tem prejudicado o escoamento da produção agrícola local, bem como o acesso às escolas, hospitais e demais serviços", explica Olívia Santana, lembrando que a região é de grande importância para a economia baiana.

## Arimateia parabeniza os 20 anos do Centro de Diagnóstico por Imagem de Feira de Santana

O deputado José de Arimateia (Republicanos), através de moção de congratulação inserida na ata dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), parabenizou os 20 anos de fundação do Centro Municipal de Diagnóstico por Imagem (CMDI) de Feira de Santana. O legislador solicitou que a Casa dê ciência da homenagem à diretora administrativa da unidade, Maria Madeleine Cunha de Sobral.

No documento, o parlamentar informa que, desde 11 de março de 2003, o CMDI, administrado pela Fundação Hospitalar de Feira de Santana (FHFS), sob gestão da presidente Gilberto Lucas, é referência em diagnósticos por imagem na região. "Por prezar pela qualidade de equipamentos, corpo clínico e atendimento, ao longo destes anos, o Centro tem proporcionado atendimentos de qualidade na promoção do bem-estar de seus pacientes", elogia o parlamentar.

José de Arimateia complementa que, em 20 anos de ser-



Deputado José de Arimateia (Republicanos)

viços prestados, "o Centro Municipal de Diagnóstico por Imagem comemora milhares de exames realizados em pacientes de Feira de Santana e 'regulados' de municípios circunvizinhos, e tem avançado no atendimento com especialidades e investimentos na ampliação da oferta dos serviços".

## Ludmilla Fiscina exalta memória de Roque Aras

A deputada Ludmilla Fiscina (PV) registrou, nos anais do Legislativo baiano, uma moção de pesar pelo falecimento do advogado e político Roque Aras, aos 91 anos, no último dia 28 de fevereiro, em Salvador. A parlamentar pediu que a Casa dê conhecimento da homenagem póstuma aos presidentes da Câmara e do Senado, ao procurador-geral da República, ao governador da Bahia, aos presidentes do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho na Bahia, e ao prefeito de Feira de Santana.

O documento registra que Roque Aras é pai do procurador-geral da República, Augusto Aras, e traça um breve currículo seu na área de direito como juiz do trabalho, secretário da Seccional da OAB/BA, procurador-geral do Estado da Bahia e Advogado-geral da União, onde, "lotado na Bahia, trabalhou até se aposentar, oportunidade em que foi homenageado pela Associação Nacional dos Advogados da Bahia com o seu nome no Prêmio Roque Aras para monografia de Advogados da União".



Deputada Ludmilla Fiscina (PV)

Ludmilla Fiscina exaltou também sua trajetória política, anotando sua atuação em Feira de Santana – onde foi secretário municipal do governo de Francisco Pinto (1963/1964) e vereador (1970/1974) –, além de exercer mandatos, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como deputado estadual (1975/1979) e deputado federal (1979/1983).

## Pablo Roberto aplaude nomeação de Dom Sergio da Rocha para Conselho de Cardeais

A nomeação de Dom Sergio da Rocha, arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, para integrar o Conselho de Cardeais da Igreja Católica foi parabenizada pelo deputado Pablo Roberto (PSDB) em moção de aplausos apresentada na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

O parlamentar conta, no documento, que o cardeal recebeu a ordenação diaconal na Igreja de Santa Cruz de Matão, no dia 18 de agosto de 1984, e de sacerdote na Matriz do Senhor Bom Jesus de Matão, em 14 de dezembro de 1984. Além disso, foi bispo auxiliar de Fortaleza e arcebispo metropolitano de Teresina e de Brasília.

Como explica o legislador tucano, o papa Francisco nomeou Dom Sergio da Rocha para integrar o conselho de cardeais que o auxilia no governo da Igreja Católica. Dom Sergio integrará o C9, grupo de nove cardeais da estrita confiança do pontífice, que se reúne para discutir mudanças na igreja. Segundo informações da Arquidiocese de São Salvador, Dom Sergio já é membro do Dicastério para os Bispos, do Dicastério para o Clero, do Conselho do Sínodo dos Bispos e da Ponti-



Deputado Pablo Roberto (PSDB)

fícia Comissão para a América Latina. "Em razão disso, apresento a presente moção de aplausos, para parabenizar os trabalhos e ações desenvolvidas por Dom Sergio, estendendo-a a toda Igreja Católica, que realiza inúmeras ações fundamentais em defesa da dignidade humana e da fraternidade", concluiu Pablo Roberto.

**EXPEDIENTE**

O Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia foi instituído através da Resolução nº 1.694/2015 de 23 de dezembro de 2015 que acrescenta o art. nº 231-A à Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, regulamentado pela Resolução da Mesa Diretora nº 127/2015.

**MESA DIRETORA**

Presidente

**Deputado Adolfo Menezes**

1º Vice-Presidente

**Deputado Zé Raimundo Fontes**

2º Vice-Presidente

**Deputado Marquinhos Viana**

3º Vice-Presidente

**Deputado Antônio Henrique Júnior**

4º Vice-Presidente

**Deputado Laerte do Vando**

1º Secretário

**Deputado Marcelinho Veiga**

2º Secretário

**Deputado Samuel Junior**

3º Secretário

**Deputado Vitor Azevedo**

4º Secretário

**Deputado Zó****SRH - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS**

ATOS ADMINISTRATIVOS - SRH..... 5

**SRH - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS****ATOS ADMINISTRATIVOS - SRH****PORTARIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS**

Nº. 053/2023 - Permitir que o servidor VALNEY DE JESUS MENDES, Técnico Legislativo, TLC06, cadastro n.º 007.120, entre em gozo de 01 (um) mês de Licença-Prêmio, no período 22/03/2023 a 20/04/2023, que lhe foi concedido pela Portaria nº. 1.353/2022, restando 01 (um) mês para gozo até 19/11/2024, em conformidade com o Art. 6º da Lei 13.471/2015.

Nº. 054/2023 - Permitir que a servidora SANDRA REGINA MODESTO MARON, Técnico Legislativo, TLC06, cadastro n.º 903.337, entre em gozo de 01 (um) mês de Licença-Prêmio, no período de 10/04/2023 a 09/05/2023, que lhe foi concedido pela Portaria nº. 10.100/2016, restando 05 (cinco) meses para gozo em época oportuna.

Nº. 055/2023 - Permitir que a servidora DILMA OLIVEIRA CERQUEIRA LIMA, Analista Legislativo, ALC04, cadastro n.º 900.412, entre em gozo de 01 (um) mês de Licença-Prêmio, no período de 15/03/2023 a 13/04/2023, que lhe foi concedido pela Portaria nº. 1.202/2022.

**PORTARIA nº 056/2023**

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 16, § único da Lei nº. 13.801/2017;

**R E S O L V E**

Promover, por antiguidade, os servidores do Quadro de Pessoal Efetivo desta Assembleia Legislativa, abaixo relacionados:

MAT	NOME	CLASSIFICAÇÃO	VIGÊNCIA
923.088	CARLOS ANTONIO DE SOUZA	TLA04	23/03/2023
923.006	CLARISSA MARIA GALVAO DA CONCEICAO	TLA04	01/03/2023
923.081	EUDALIO MACEDO DE ARAUJO JUNIOR	TLA04	17/03/2023
923.120	GABRIELA SPECTOR AZOUBEL	TLA04	31/03/2023
923.091	KAIQUE DA SILVA CONCEICAO GUERRA VIEIRA	TLA04	28/03/2023
923.090	MILENA SANTOS DE OLIVEIRA	TLA04	28/03/2023
923.092	RAFAEL BOULHOSA PORTELA	TLA04	29/03/2023
923.007	SILAS SANTOS DE JESUS	TLA04	01/03/2023
923.016	YURIKO OZAWA GUIMARAES	TLA04	02/03/2023
923.072	BRUNO CALIXTO DOREA	ALA04	15/03/2023
923.083	IAN SCHWARZ FONTES PEREIRA	ALA04	18/03/2023
923.009	LAURA BENGARD MOSQUERA NAVARRO	ALA04	01/03/2023
923.004	NEILSON CONCEICAO DE ARAGAO	ALA04	01/03/2023
922.715	DANIEL VITAL SILVA DUARTE	ALA03	22/09/2022

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, em 09 de março de 2023.

FRANCISCO RAPOSO

Superintendente de Recursos Humanos